

NÍVEL SUPERIOR

DATA: 7/3/2010

**CARGO 3: ANALISTA ADMINISTRATIVO
CONTABILIDADE**

TARDE

TIPO A

INSTRUÇÕES

Confira seus dados pessoais constantes da sua folha de respostas e da sua folha de texto definitivo. Verifique também se o nome do cargo e o tipo de prova impressos neste caderno correspondem aos indicados na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno contém **quarenta** questões, corretamente ordenadas de **1 a 40**, seguidas da **prova discursiva**. As provas objetivas são constituídas de questões com cinco opções (A, B, C, D e E) e **uma única resposta correta**.

Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no caderno de provas, solicite providências ao fiscal de sala mais próximo.

Transcreva as respostas das questões para a sua folha de respostas, que é o **único documento válido** para a correção das provas e cujo preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o estabelecido no edital de abertura ou na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, ou campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

Para a marcação na folha de respostas e o preenchimento da folha de texto definitivo, utilize somente caneta esferográfica de tinta **preta**. Não é permitido que a folha de respostas e a folha de texto definitivo sejam preenchidas por outra pessoa, ressalvados os casos de atendimento especial previamente deferidos.

É vedado amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.

A duração das provas é de **cinco horas**. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes dos editais do processo, do presente caderno ou da folha de respostas implicará a anulação das suas provas.

CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, no endereço eletrônico www.movens.org.br , a partir das 17 horas	9/3/2010
Prazo para entrega de recursos contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas	10 e 11/3/2010
Data provável para divulgação do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva	7/4/2010



Utilize este espaço para rascunho.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 3.

- 1 O conceito de sustentabilidade vem sendo difundido cada vez mais no meio corporativo. Os números podem provar os investimentos e o empenho crescente das empresas em questões de ordem ambiental e social.
- 5 Entretanto, mesmo com uma melhor aceitação do conceito, atualmente, o desenvolvimento sustentável passa por um momento crucial. O desafio é trazer para esse contexto o maior número de empresas que ainda não absorveu as noções de sustentabilidade em seus processos de produção.
- 10 Conduzir os negócios atendendo às exigências da competitividade local e global, ao mesmo tempo contemplando conceitos de sustentabilidade, representa, hoje, um dos grandes desafios do setor empresarial que está comprometido com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. No campo da mineração no Brasil, por exemplo, não há como pensar o futuro desse segmento dissociado da noção de sustentabilidade ambiental e social.
- 15
- 20 As tendências apontam para o fato de que a empresa que não adequar seus conceitos e visões nesses campos estará fadada a deixar o mercado em médio e longo prazos.

Gestão Mineral em Destaque. In: Editorial do Boletim Informativo do Departamento Nacional de Produção Mineral – Ministério de Minas e Energia. Ano 2, n.º 21, dez./2006 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação às ideias apresentadas no texto, assinale a opção correta.

- (A) O fato de explorar, legalmente, recursos naturais isenta o setor de mineração brasileiro de promover adequações aos conceitos de sustentabilidade social e ambiental.
- (B) Infere-se do texto que a totalidade das empresas brasileiras está colocando em prática os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.
- (C) Futuramente, as empresas que não estiverem comprometidas com as questões de sustentabilidade ambiental e social serão sérias candidatas a fecharem suas portas.
- (D) Conclui-se do segundo parágrafo que competitividade empresarial e lucro sempre andarão na contramão das questões ambientais e sociais.
- (E) Até hoje, o segmento que melhor absorveu a ideia de desenvolvimento sustentável foi o da mineração.

QUESTÃO 2

De acordo com os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- (A) As palavras “exigências” e “negócios” não obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) A substituição da palavra “crescente” (linha 3) por **crescientes** acarretaria erro de concordância nominal.
- (C) Os termos “sustentável” (linha 6) e “meio” (linha 2) são substantivo e adjetivo, respectivamente.
- (D) A substituição da palavra “fadada” (linha 22) por **predestinada** não causaria prejuízo de sentido ao texto.
- (E) A forma verbal “representa” (linha 13) tem como sujeito “conceitos de sustentabilidade” (linha 13).

QUESTÃO 3

Acerca da estrutura do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Não configuraria erro de pontuação caso a expressão “cada vez mais” (linha 2) estivesse entre vírgulas.
- II – As palavras “futuro” e “momento” são paroxítonas.
- III – Os termos “dissociado” (linha 18) e **separado** possuem o mesmo sentido.
- IV – A palavra “absorveu” (linha 8) possui dupla ortografia, admitindo-se também a forma **absolveu**.
- V – Não acarretaria prejuízo sintático caso a partícula “se” fosse inserida imediatamente após “não” (linha 17).

Estão certos apenas os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

QUESTÃO 4



Internet: <http://images.google.com.br/>. Acesso em 28/1/2010.

O texto acima tem como ideia central a

- (A) plena consciência do homem de que sem saúde, sem alimento e sem dinheiro ninguém sobrevive.
- (B) sátira sobre a irracionalidade do homem ao poluir e ao degradar o meio ambiente em busca de dinheiro para garantir seu bem-estar.
- (C) correta e justa argumentação de que se torna imprescindível degradar o meio ambiente para se alcançar o progresso mundial.
- (D) preocupação do homem com a sujeira da água e a poluição do ar.
- (E) racionalidade do homem ao buscar o seu bem-estar.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 5 a 7.

1 Configura-se cada vez mais como objetivo prioritário a busca do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, estão inseridas as políticas e as diretrizes do governo federal, que foram implementadas pelo Ministério de Minas e Energia, visando ao uso crescente de fontes renováveis e limpas.

Em comparação aos demais países, o Brasil configura-se como um país com grande presença de combustíveis renováveis. No resto do mundo, a participação desses combustíveis é praticamente inexpressiva, e o que se observa é a supremacia do uso dos derivados de petróleo.

10 O Brasil dispõe de uma matriz diversificada, haja vista as alternativas que possui para produzir combustíveis de naturezas fóssil e renovável, constituindo um ambiente favorável para a introdução gradual do hidrogênio. Esse energético, se produzido a partir de insumos de natureza renovável, deixará o Brasil em sintonia com as iniciativas internacionais para a redução das emissões atmosféricas e a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis.

José Lima de Andrade Neto. Internet: <http://www.mme.gov.br>.
(com adaptações).

QUESTÃO 5

De acordo com as ideias e os aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério de Minas e Energia proibiu, no Brasil, a extração de combustíveis de natureza fóssil.
- (B) A causa do aquecimento global está relacionada ao uso de combustíveis renováveis.
- (C) Não haverá alteração de sentido caso se substitua "insumos" (linha 16) por **consumos**, já que ambas são homônimas.
- (D) O Brasil foi o primeiro país a reduzir as emissões atmosféricas e a dependência dos combustíveis fósseis.
- (E) O hidrogênio constitui-se em uma das apostas do governo brasileiro como fonte de energia.

QUESTÃO 6

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I - A palavra "a" (linha 9) poderá receber o sinal indicativo de crase, já que, no contexto, o uso do acento grave é facultativo.
- II - O texto é narrativo/descriptivo.
- III - A expressão "haja vista" (linha 12) não pode ser substituída por **haja visto** ou **hajam vistas**.
- IV - A expressão "Esse energético" (linhas 15 e 16) tem como referente "hidrogênio" (linha 15).
- V - A oração "que foram implementadas pelo Ministério de Minas e Energia" (linhas 4 e 5) é subordinada adverbial temporal.

A sequência correta é:

- (A) F, V, F, V, F.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V, F.
- (D) F, F, F, V, V.
- (E) V, V, V, F, F.

QUESTÃO 7

Acerca da estrutura do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I - A partícula "se" (linha 10) possui sentido condicional.
- II - No contexto, a expressão "visando ao" (linha 5) admite também a regência **visando pelo**.
- III - Caso fossem retiradas as vírgulas nas linhas 12 e 14 acarretaria erro gramatical.
- IV - Os termos "país" e "países" não são acentuados pela mesma regra.
- V - A palavra "supremacia" (linha 11) é um substantivo.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 8

Considere o exemplo de comunicação oficial abaixo, em que a lacuna substitui o nome do expediente.

____. 111/DECOM

Em 23 de fevereiro de 2010.

Ao Sr. Coordenador Administrativo

Assunto: **Concessão de linha telefônica e instalação de televisor LCD com canais por assinatura**

- 1. Com o objetivo de dar cumprimento ao que estabelece o Plano Geral de Comunicação Social-2010 desta instituição, solicito a Vossa Senhoria a concessão de mais uma linha telefônica, bem como a instalação de um televisor LCD com canais por assinatura no Departamento de Comunicação Social.
- 2. Recomendo-lhe ainda que, no ato da contratação dos canais por assinatura, seja observada, preferencialmente, a habilitação daqueles que veiculam notícias.

Atenciosamente,

Fulano de Tal

Assessor de Imprensa da Presidência

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, o exemplo de comunicação oficial acima é denominado:

- (A) **ofício**, modalidade de comunicação expedida a pessoas de mesma hierarquia.
- (B) **memorando**, modalidade de comunicação eminentemente interna entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- (C) **aviso**, modalidade de comunicação expedida a ocupantes de cargos hierárquicos inferiores.
- (D) **exposição de motivos**, expediente dirigido às chefias de departamento das empresas em geral.
- (E) **mensagem**, instrumento de comunicação oficial utilizado pelos servidores públicos para se dirigir às chefias.

QUESTÃO 9

Em relação à administração pública, assinale a opção correta.

- (A) A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório é justificativa para sua demissão com fundamento em sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.
- (B) Havendo a transferência de ofício de empregado da Caixa Econômica Federal lotado em Brasília para outra cidade, tem o cônjuge, servidor ocupante de cargo no Tribunal de Contas da União, direito líquido e certo de também ser removido, independentemente da existência de vagas.
- (C) Não cabe ao Poder Judiciário a análise da legalidade e constitucionalidade dos atos dos três poderes constitucionais.
- (D) Não há direito adquirido a regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, ainda que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente acarrete decesso de caráter pecuniário.
- (E) O governador de Estado não pode nomear seu irmão para exercer cargo de secretário estadual sob pena de violação da regra que veda o nepotismo.

QUESTÃO 10

Acerca do processo de licitações e dos serviços públicos, assinale a opção correta.

- (A) A alienação de imóveis da administração pública dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, inclusive nas hipóteses de doação em pagamento e investidura.
- (B) As compras para administração pública deverão indicar a adequada caracterização do seu objeto, sem necessidade, contudo, de demonstrar os recursos orçamentários para seu pagamento.
- (C) Ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.
- (D) É inexigível a licitação quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) Respondem as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, cabendo concluir pela legitimação passiva concorrente do agente com o ente público para responder à eventual ação de ressarcimento.

QUESTÃO 11

Quanto aos institutos da autorização, permissão, desapropriação e servidão, assinale a opção correta.

- (A) A autorização de serviço público é ato vinculado e gera direito adquirido ao particular interessado após o ato de concessão por parte do poder público.
- (B) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, sendo característica desse instituto a precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- (C) A pesquisa e a lavra de jazidas minerais, assim como o porte de arma, ocorrerão por meio de permissão do poder concedente.
- (D) As servidões administrativas sempre são indenizáveis, ainda que não causem qualquer dano ou não impeçam o uso normal da propriedade pelo particular.
- (E) No ordenamento jurídico brasileiro, é vedado ao Poder Público Municipal desapropriar imóveis.

QUESTÃO 12

No que se refere à ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) As sociedades de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica em sentido estrito estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas públicas.
- (B) Após a Constituição Federal de 1988, é nula a contratação para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público, exceto para as sociedades de economia mista.
- (C) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- (D) É lícito à fazenda pública efetuar a apreensão de mercadorias como forma de coerção ao pagamento de tributos.
- (E) Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 13

No tocante à seguridade social e ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto do presidente da República.
- (B) A sobrecarga imposta aos bancos comerciais e às entidades financeiras, no tocante à contribuição previdenciária sobre a folha de salários, não fere, à primeira vista, o princípio da isonomia tributária, ante a expressa previsão constitucional.
- (C) Condicionar a aprovação de licenciamento ambiental à prévia autorização da Assembleia Legislativa Estadual não implica indevida interferência do Poder Legislativo na atuação do Poder Executivo.
- (D) É ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13.º salário.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 14

A respeito da organização do Estado e do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- (A) Cabe aos estados explorar, mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) É vedado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, exceto em razão de sua procedência ou destino.
- (C) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do IOF, assegurada a transferência de 70% do montante da arrecadação para o estado, o Distrito Federal ou o território, conforme a origem.
- (D) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 3% da receita do município.
- (E) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

QUESTÃO 15

Acerca da Lei n.º 11.685/2008, assinale a opção correta.

- (A) As cooperativas de garimpeiros terão prioridade na obtenção da permissão de lavra garimpeira nas áreas nas quais estejam atuando, quando a ocupação tenha ocorrido em áreas requeridas, com prioridade, até a data de 20 de julho de 1989.
- (B) As jazidas cujo título minerário esteja em processo de baixa no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e que, comprovadamente, contenham, nos seus rejeitos, minerais garimpáveis que possam ser objeto de exploração garimpeira, não poderão ser tornadas disponíveis às cooperativas de garimpeiros.
- (C) É proibida ao garimpeiro a comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, ainda que comprove a titularidade da área de origem do minério extraído.
- (D) O garimpeiro que tenha contrato de parceria com o titular de direito minerário deverá comprovar a regularidade de sua atividade na área titulada mediante apresentação de cópias autenticadas do contrato e do respectivo título minerário, devidamente averbados no DNPM.
- (E) Os garimpeiros realizarão as atividades de extração de substâncias minerais garimpáveis mediante contrato de parceria, por instrumento público, sem necessidade de registro em cartório.

QUESTÃO 16

A respeito das Leis n.º 9.605/1998 e 9.055/1995, assinale a opção correta.

- (A) A conduta criminoso que consiste em causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, admite a modalidade culposa.
- (B) A simples conduta de pichar ou grafitar monumento urbano não é típica, sujeitando o infrator apenas ao pagamento de multa, a ser aplicada no âmbito administrativo e proporcional ao dano provocado.
- (C) Consideram-se fibras naturais e artificiais as comprovadamente benéficas à saúde humana.
- (D) É expressamente proibido o trabalho em locais onde os trabalhadores estejam expostos ao asbesto/amianto da variedade crisotila, não existindo, nesse caso, limites de tolerância.
- (E) O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve ser encerrado em quinze dias para o pagamento de multa, contados da data da infração.

QUESTÃO 17

Em relação às Leis n.º 8.176/1991, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis, e n.º 7.766/1989, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, assinale a opção correta.

- (A) A base de cálculo do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, é o preço de aquisição do ouro, ainda que fora dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico, no dia da venda.
- (B) A lei que define os crimes contra a ordem econômica possui caráter transitório com efeitos ultrativos.
- (C) O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, sendo certo que a alíquota desse imposto será de 1%.
- (D) O fato gerador do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, é a venda final do ouro, ativo financeiro, efetuada por instituição autorizada.
- (E) Os crimes contra a ordem econômica de que trata a Lei n.º 8.176/1991, quando praticados na modalidade culposa, terão suas penas reduzidas pela metade.

QUESTÃO 18

No que se refere à Lei n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (B) As ações de licenciamento, o registro, as autorizações, as concessões e as permissões relacionadas à fauna, à flora e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (C) Compete à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República estabelecer, mediante proposta do Ibama, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos estados e supervisionado pelo Ibama.
- (D) Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.
- (E) Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

QUESTÃO 19

A respeito das disposições do Decreto-Lei n.º 227/1967 (Código de Minas), assinale a opção correta.

- (A) Estão sujeitos aos preceitos do Código de Minas os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura* que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra.
- (B) O regime de aproveitamento das substâncias minerais denominado monopolização será adotado quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do governo federal.
- (C) O regime de aproveitamento das substâncias minerais denominado concessão será adotado quando depender de expedição de alvará de autorização do diretor-geral do DNPM.
- (D) Os edifícios, as construções, as máquinas, os aparelhos e os instrumentos destinados à mineração e ao beneficiamento do produto da lavra, desde que este seja realizado na área de concessão da mina, e os animais e veículos empregados no serviço não são considerados partes integrantes das minas.
- (E) Depende de concessão do governo federal o aproveitamento de minas manifestadas e registradas, as quais não estão sujeitas às condições estabelecidas no Código de Minas para lavra, tributação e fiscalização das minas concedidas.

QUESTÃO 20

Acerca do Decreto-Lei n.º 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), assinale a opção correta.

- (A) A destruição ou a execução dos trabalhos em terrenos de outrem para proteção da fonte poderá ter início independentemente da prestação de caução, sendo certo que eventual compensação financeira ocorrerá após o início da exploração comercial da fonte.
- (B) Em cada fonte em exploração regular, além da determinação mensal da descarga e de certas propriedades físicas, será exigida a realização de análises químicas periódicas completas no mínimo de dez em dez anos, para verificação de sua composição.
- (C) Quanto à composição química, as águas minerais denominadas radíferas são aquelas que contêm, por litro, uma quantidade de compostos alcalinos equivalente, no mínimo, a 0,200g de bicarbonato de sódio.
- (D) Quando a ocupação de um terreno compreendido num perímetro de proteção privar o proprietário, que expressamente a autorizou, de seu uso por período superior a um mês, ou na hipótese de o terreno se tornar impróprio para o uso ao qual era destinado anteriormente, o seu proprietário não poderá exigir nenhuma espécie de indenização.
- (E) O aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa, quer situadas em terrenos de domínio público, quer do domínio particular, será feito pelo regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra instituído pelo Código de Minas, observadas as disposições especiais do Código de Águas Minerais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

No início de dezembro, Pedro e José constituíram uma empresa comercial com capital total no valor de R\$100.000,00. Pedro integralizou sua parte, 40% do capital, em dinheiro; José optou por integralizar o restante do capital com um terreno no valor de R\$60.000,00 para uso nas atividades da empresa. No fim do mês, o contador apurou duas demonstrações contábeis, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa, e as encaminhou para conhecimento dos dois sócios. Em 2 de janeiro, Pedro e José decidiram, a partir das informações contábeis, iniciar as atividades mercantis utilizando 30% do dinheiro da empresa para comprar à vista mercadorias para comercialização. O restante do dinheiro foi depositado na conta bancária da empresa.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) A contabilidade foi utilizada somente para subsidiar as decisões fiscais da empresa.
- (B) As mutações patrimoniais não foram consideradas nas decisões dos sócios.
- (C) O contador utilizou o objeto da contabilidade para produzir e fornecer as informações patrimoniais e financeiras aos sócios.
- (D) O terreno sofreu depreciação de 10%.
- (E) O balanço patrimonial não serve para auxiliar o processo decisório porque não mostra o saldo das disponibilidades da entidade.

QUESTÃO 22

Determinada empresa possui R\$120.000,00 em bens, R\$35.000,00 em direitos e R\$40.000,00 são decorrentes de obrigações com terceiros. Compõem os bens R\$100.000,00 em estoques e R\$20.000,00 em dinheiro. Os direitos são oriundos de duplicatas a receber de clientes. As obrigações, de outro lado, são decorrentes de compromissos com fornecedores. A respeito dessa situação patrimonial, assinale a opção correta.

- (A) A situação líquida, isto é, o valor do patrimônio líquido da empresa, é de R\$115.000,00.
- (B) O valor total dos ativos é de R\$120.000,00.
- (C) O valor do patrimônio líquido é nulo.
- (D) O fato de o valor do ativo ser maior que o do passivo caracteriza uma situação de passivo a descoberto.
- (E) Não há passivos no patrimônio da entidade.

QUESTÃO 23

Os elementos patrimoniais, por serem distintos uns dos outros, são representados graficamente por nomes, chamados de "contas". Considerando que todo componente patrimonial corresponde a uma conta no processo de escrituração contábil, assinale a opção correta.

- (A) A conta "Veículos" é considerada uma conta de resultado.
- (B) Os direitos da entidade representados pelos recursos financeiros depositados em contas bancárias de livre movimentação da empresa são representados pela conta "Bancos Conta Movimento".
- (C) Os recursos financeiros da empresa aplicados num banco em fundos de curto prazo são evidenciados na conta "Clientes".
- (D) Os móveis e utensílios de uso da empresa são escriturados e evidenciados na conta contábil intitulada "Ferramentas".
- (E) O saldo contábil da conta "Caixa" é aumentado por meio de lançamento realizado a crédito.

QUESTÃO 24

Para fins contábeis, o Diário é considerado um livro obrigatório. Todavia, no seu processo de escrituração, o contador precisa atentar para determinadas formalidades extrínsecas e intrínsecas. Quanto às formalidades extrínsecas do livro Diário, assinale a opção correta.

- (A) Inexistência, na escrituração, de intervalos em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.
- (B) Registro dos fatos em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- (C) Termos de abertura e de encerramento devidamente preenchidos e autenticados. Deve ser encadernado.
- (D) Uso de linguagem mercantil.
- (E) Utilização de idioma nacional e de moeda corrente do país.

QUESTÃO 25

O balancete de verificação é um demonstrativo elaborado preliminarmente ao levantamento das demonstrações contábeis, especialmente do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. A respeito do balancete de verificação, assinale a opção correta.

- (A) Deverá conter todas as contas patrimoniais e de resultado com saldos decorrentes das contas contábeis que tiveram movimentação ou não no período de sua elaboração.
- (B) Na coluna de indicação dos saldos, o total dos valores credores não precisa ser igual ao total dos valores devedores.
- (C) Só pode ser elaborado no último dia de cada mês.
- (D) Não precisa conter cabeçalho com a indicação do nome da empresa, da data e nem do período de sua elaboração.
- (E) As informações constantes no balancete de verificação não servem para auxiliar no processo decisório.

QUESTÃO 28

Os balanços a seguir apresentam a situação patrimonial das Companhias A e B.

Balancete Patrimonial das Companhias A e B					
	Cia. A	Cia. B		Cia. A	Cia. B
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 9.800,00	R\$ 2.600,00	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.500,00	R\$ 400,00
Disponibilidades	R\$ 500,00	R\$ 400,00	Financiamentos	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
Clientes	R\$ 4.300,00	R\$ 1.500,00	Obrigações Fiscais	R\$ 500,00	R\$ 400,00
Estoques de Mercadorias	R\$ 5.000,00	R\$ 700,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 10.700,00	R\$ 2.700,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 2.400,00	R\$ 500,00	Capital social	R\$ 10.000,00	R\$ 2.700,00
ATIVO IMOBILIZADO	R\$ 2.400,00	R\$ 500,00	Reservas de capital	R\$ 600,00	R\$ 0,00
Veículos	R\$ 6.000,00	R\$ 1.000,00	Reservas de lucros	R\$ 100,00	R\$ 0,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 3.600,00	-R\$ 500,00			
TOTAL DO ATIVO	R\$ 12.200,00	R\$ 3.100,00	TOTAL DO PASSIVO + PL	R\$ 12.200,00	R\$ 3.100,00

Considerando que a Companhia C resultará do processo de fusão entre os saldos contábeis das empresas A e B, apresentados acima, assinale a opção correta.

- (A) O valor inicial do patrimônio líquido da Companhia C será de R\$10.700,00.
- (B) O saldo inicial da conta Depreciação acumulada, na contabilidade da nova companhia, será de R\$3.100,00.
- (C) O valor inicial do passivo circulante da Companhia C será de R\$400,00.
- (D) Os saldos contábeis iniciais da nova empresa serão idênticos ao da empresa com maior patrimônio líquido.
- (E) O valor inicial do ativo não circulante da nova companhia será de R\$2.900,00.

QUESTÃO 26

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos. Acerca dessa determinação constitucional, assinale a opção correta.

- (A) As contribuições de melhorias serão decorrentes da movimentação financeira dos contribuintes.
- (B) As taxas e os impostos poderão ter base de cálculo comum, ou seja, as taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) As taxas serão instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (D) Os impostos não terão caráter pessoal, mas serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- (E) Os municípios não poderão instituir impostos; só poderão instituir taxas e contribuições de melhorias.

QUESTÃO 27

Assinale a opção que apresenta o objetivo da análise das demonstrações contábeis.

- (A) Criar um plano de contas para padronizar o processo de escrituração das informações contábeis.
- (B) Elaborar os demonstrativos contábeis.
- (C) Emitir opinião, por meio de amostragem, acerca das demonstrações contábeis; isto é, se elas estão ou não consonantes com os princípios contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação pertinente.
- (D) Escriturar os fatos contábeis no livro Diário.
- (E) Extrair informações das demonstrações contábeis para a tomada de decisões.

QUESTÃO 29

Os fatos a seguir ocorreram durante o mês de janeiro em determinada empresa.

Data	Fato
2	Integralização de capital em dinheiro no valor de R\$100.000,00
5	Depósito realizado na conta-corrente da empresa no valor de R\$50.000,00 com recursos oriundos do caixa.
8	Compra de mercadorias à vista, em dinheiro, no valor total de R\$8.000,00.
10	Prestação de serviços com recebimento à vista, em dinheiro, no valor de R\$10.000,00.
15	Pagamento à vista, em cheque, de despesas operacionais no valor de R\$3.500,00.
20	Pagamento à vista, em dinheiro, de despesas administrativas no valor de R\$5.000,00.
25	Venda, a prazo, de todo o estoque de mercadorias pelo valor total de R\$18.000,00.
25	Baixa de todo o estoque pelo critério da média ponderada móvel
31	Apropriação mensal dos salários no valor de R\$3.000,00.

Considerando que o balanço patrimonial no dia 31 e a demonstração do resultado de janeiro foram apurados com base nos fatos apresentados e em observância aos princípios fundamentais de contabilidade estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, assinale a opção correta.

- (A) No fim do mês de janeiro, o valor de custo das mercadorias vendidas foi de R\$18.000,00.
- (B) O valor total das despesas referente ao mês de janeiro foi de R\$8.500,00.
- (C) O valor total das receitas em janeiro foi de R\$18.000,00.
- (D) O valor total dos bens e direitos é de R\$119.500,00.
- (E) O saldo final da conta Caixa é maior em R\$500,00 que o saldo final da conta Bancos Conta Movimento, ambos comparados no dia 31 de janeiro.

QUESTÃO 30

O balanço patrimonial a seguir apresenta as informações contábeis da Cia. Industrial X em períodos distintos.

Cia. Industrial "X" - Balanço Patrimonial							
	Ano T1	Ano T2	Ano T3		Ano T1	Ano T2	Ano T3
ATIVO	R\$	R\$	R\$	PASSIVO	R\$	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE	59.500,00	67.300,00	64.700,00	PASSIVO CIRCULANTE	3.250,00	4.100,00	860,00
Disponibilidades	20.000,00	15.000,00	40.000,00	Empréstimos	3.000,00	3.800,00	460,00
Clientes	35.000,00	40.000,00	23.300,00	Obrigações Tributárias	250,00	300,00	400,00
Estoques de Produtos	4.500,00	10.500,00	400,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	500,00	555,00	700,00
Despesas do exercício seguinte	0,00	1.800,00	1.000,00	Financiamentos	500,00	555,00	700,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.200,00	4.000,00	4.800,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.950,00	66.645,00	67.940,00
ATIVO IMOBILIZADO	4.200,00	4.000,00	4.800,00	Capital social	33.450,00	38.700,00	40.000,00
Máquinas e Equipamentos	6.000,00	6.500,00	7.800,00	Reservas de capital	26.050,00	26.545,00	24.940,00
(-) Depreciação acumulada	-1.800,00	-2.500,00	-3.000,00	Reservas de lucros	450,00	1.400,00	3.000,00
TOTAL DO ATIVO	63.700,00	71.300,00	69.500,00	TOTAL DO PASSIVO + PL	63.700,00	71.300,00	69.500,00

Considerando as informações apresentadas acima e com base na análise vertical e horizontal, assinale a opção correta.

- (A) No ano T3, o valor do passivo não circulante tem representatividade igual a zero quando relacionado com o somatório dos valores totais do passivo e do patrimônio líquido daquele ano.
- (B) No ano T1, o valor do ativo não circulante representava mais de 6% do total dos ativos.
- (C) No ano T3, o valor do ativo circulante representa mais de 95% do total dos ativos do mesmo ano.
- (D) O valor do passivo circulante no ano T1 tem maior representatividade percentual do que o valor do passivo circulante do ano T2, levando-se em consideração que cada um dos percentuais foi calculado em relação ao somatório dos valores totais do passivo e do patrimônio líquido dos seus respectivos anos.
- (E) O valor do patrimônio líquido do ano T2 representa mais de 95% do somatório dos valores totais do passivo e do patrimônio líquido do mesmo ano.

QUESTÃO 31

Considere o Balanço Patrimonial da Companhia Comercial W, levantado em dois exercícios sociais e nas datas de 31/dez/X2 e 31/dez/X3.

Balanço Patrimonial – Companhia Comercial W					
	31/dez/X2	31/dez/X3		31/dez/X2	31/dez/X3
ATIVO	R\$	R\$	PASSIVO	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE	55.557,00	71.444,00	PASSIVO CIRCULANTE	41.000,00	50.000,00
Disponibilidades	23.777,00	44.444,00	Financiamentos	38.000,00	46.000,00
Aplicações Financeiras	6.000,00	7.000,00	Obrigações Tributárias	3.000,00	4.000,00
Estoques	25.780,00	20.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.000,00	7.000,00
			Empréstimos	6.000,00	7.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.800,00	3.100,00			
ATIVO IMOBILIZADO	2.800,00	3.100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.357,00	17.544,00
Veículos	3.200,00	3.600,00	Capital social	11.000,00	12.000,00
(-) Depreciação acumulada	-400,00	-500,00	Reservas de lucros	657,00	5.944,00
			(-) Ações em tesouraria	-300,00	-400,00
TOTAL DO ATIVO	58.357,00	74.544,00	TOTAL DO PASSIVO + PL	58.357,00	74.544,00

Com base nas informações acima e na análise por meio de índices, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) Com os balanços patrimoniais é possível calcular o índice da margem líquida das vendas.
- (B) Em 31/dez/X2, o índice de imobilização do patrimônio líquido é de 24,65.
- (C) Em 31/dez/X2, o índice de liquidez geral é de 1,18.
- (D) O índice de liquidez corrente em 31/dez/X3 é maior que o índice de liquidez corrente de 31/dez/X2.
- (E) O índice da participação dos capitais de terceiros é maior em 31/dez/X2, quando comparado ao mesmo índice do período seguinte, 31/dez/X3.

QUESTÃO 32

A Resolução CFC n.º 1.111/2007 aprovou o apêndice II da Resolução CFC n.º 750/1993, que trata dos princípios fundamentais de contabilidade. Levando em consideração a interpretação estabelecida pelo ato normativo quanto à aplicação desses princípios sob a perspectiva do setor público, assinale a opção correta.

- (A) O princípio do registro pelo valor original determina que nos registros dos atos e dos fatos contábeis seja facultativa a consideração do valor original dos componentes patrimoniais.
- (B) O princípio da competência é o que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se exclusivamente o regime de caixa ao setor público.
- (C) O princípio da prudência estabelece que as estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes maiores para ativos, entre opções igualmente válidas, e valores menores para passivos.
- (D) O princípio da entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e pela responsabilização do patrimônio a ele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e na responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- (E) Quanto ao princípio da continuidade, este estará vinculado ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade não tem vinculação com a duração da sua finalidade.

QUESTÃO 33

O governo, os empregados, os acionistas e os gestores são considerados usuários da contabilidade, utilizam os demonstrativos contábeis para tomarem decisões gerenciais. Assinale a opção que apresenta a demonstração contábil que mostra as alterações ocorridas, durante o período de apuração, no saldo de caixa e equivalentes de caixa em, no mínimo, três fluxos.

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (B) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.
- (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Demonstração do Valor Adicionado.
- (E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

QUESTÃO 34

Cada usuário das informações contábeis necessita de certo tipo de informação para tomar decisões. Os emprestadores de recursos em geral, por exemplo, utilizam os demonstrativos contábeis para obter informações sobre a geração, pela entidade, de fluxos de caixa suficientes para receberem de volta, com segurança, o capital mais os juros. A respeito da necessidade de informações pelos usuários, assinale a opção que apresenta informação que **NÃO** é de interesse do governo.

- (A) Fluxo regular de dividendos específico dos acionistas.
- (B) Lucro tributável das empresas.
- (C) Produtividade gerada pelas empresas por setor econômico.
- (D) Retenção e pagamento de tributos por segmento econômico.
- (E) Valor adicionado gerado pela empresa.

QUESTÃO 35

Acerca das alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/2007 na Lei n.º 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado tornaram-se obrigatórias para todas as companhias, abertas ou fechadas.
- (B) As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, serão avaliadas pelo valor de custo de aquisição ou pelo valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e dos direitos e títulos de crédito.
- (C) As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.
- (D) Serão classificados no ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, os riscos e o controle desses bens.
- (E) No intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

QUESTÃO 36

Conforme o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, o regime contábil adotado pela contabilidade pública no Brasil é

- (A) de caixa, para receitas e despesas.
- (B) de competência, para receitas e despesas.
- (C) misto, sendo de competência para receitas e de caixa para despesas.
- (D) misto, sendo de caixa para receitas e de competência para despesas.
- (E) misto, sendo de caixa para receitas e despesas correntes, e de competência para receitas e despesas de capital.

QUESTÃO 37

As regras que definem prazos para o encaminhamento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual ao Poder Legislativo e a respectiva devolução ao Poder Executivo deveriam ter sido estabelecidas por lei complementar, em substituição à Lei n.º 4.320/1964, conforme o art. 165, § 9º, da Constituição Federal de 1988. No entanto, como essa lei complementar ainda não existe, prevalecem as normas do art. 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Considerando que a Constituição Federal prevê que o Congresso Nacional se reunirá, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro, assinale a opção que apresenta os prazos para encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei do Plano Plurianual – PPA, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e do projeto de lei do orçamento com base na LDO, respectivamente.

- (A) 15 de abril do primeiro ano de mandato; 15 de abril de cada ano; 31 de agosto de cada ano.
- (B) 15 de abril do primeiro ano de mandato; 15 de abril do primeiro ano de mandato; 31 de agosto de cada ano.
- (C) 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato; 15 de abril de cada ano; 31 de agosto de cada ano.
- (D) 31 de agosto do primeiro ano de mandato; 15 de abril do primeiro ano de mandato; 31 de agosto de cada ano.
- (E) 31 de agosto do primeiro ano de mandato; 15 de abril de cada ano; 31 de agosto do primeiro ano de mandato.

QUESTÃO 38

Considere o seguinte balanço orçamentário, em R\$1.000,00.

Receita Orçamentária	Previsão	Execução
receitas correntes	8.000	9.500
receitas de capital	2.000	1.200
soma	10.000	10.700
Despesa Orçamentária	Fixação	Execução
crédito orçamentário e suplementar	10.000	8.100
crédito especial	2.000	1.300
soma	12.000	9.400

- I – O resultado da execução orçamentária é superávit de _____.
- II – A economia de dotação corresponde a _____.
- III – O excesso de arrecadação corresponde a _____.

Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta os valores que preenchem corretamente as lacunas dos itens acima.

- (A) 1.300 / 1.900 / 800
- (B) 1.300 / 2.600 / 700
- (C) 2.600 / 2.600 / 700
- (D) 2.600 / 2.600 / 800
- (E) 2.600 / 1.900 / 1.500

QUESTÃO 39

Considere os seguintes dados extraídos do balanço patrimonial:

Item	Em milhões
bancos – conta única	5.000
dívida ativa	4.000
despesas a classificar	1.200
diversos responsáveis	200
estoque de material de consumo	600
bens móveis	10.000
fornecedores	3.000
salários a pagar	1.000
receitas a classificar	400
patrimônio acumulado	13.000

Tendo como referência a estrutura do balanço patrimonial apresentado, assinale a opção que apresenta corretamente os valores dos superávits financeiro observado e do resultado do exercício, respectivamente.

- (A) 1.000 e 3.600
- (B) 1.000 e 4.400
- (C) 1.200 e 2.800
- (D) 1.200 e 3.600
- (E) 1.800 e 3.600

QUESTÃO 40

A Lei Complementar n.º 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, regulamenta o art. 163 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo normas orientadoras das finanças públicas do país, tendo por objetivo o aprimoramento da gestão das contas públicas pela introdução de melhores práticas de gestão. A motivação da lei foi a necessidade de condicionar a ação dos governantes aos limites estritos de sua efetiva capacidade de gasto, prevenindo déficits fiscais e o consequente descontrole das contas públicas. De acordo com a LRF, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A LRF é aplicável às três esferas de governo.
- (B) A LRF estabelece mecanismos de controle das finanças públicas em ano de eleição.
- (C) Para efeitos da LRF, o Ministério Público integra o Poder Judiciário e os tribunais de contas integram o Poder Legislativo.
- (D) Pela LRF, o governante pode criar despesa continuada, desde que indique sua fonte de receita e reduza outras despesas já existentes.
- (E) Os gastos com pessoal da União são limitados a 50% da receita corrente líquida.

PROVA DISCURSIVA

Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a Folha de Texto Definitivo, no local apropriado, respeitando o limite máximo de 30 linhas. Qualquer fragmento escrito além desse limite será desconsiderado. A prova discursiva deverá ser feita à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta.

A Folha de Texto Definitivo é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo. Na Folha de Texto Definitivo, identifique-se apenas no local apropriado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociou com o Ministério do Planejamento a retirada de quatro empreendimentos da Petrobras da lista de obras irregulares do Orçamento para 2010, sancionado ontem, segundo informou o ministro Paulo Bernardo. A medida poderá garantir o repasse de recursos para investimentos da estatal na refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; também na refinaria presidente Getúlio Vargas, no Paraná; no terminal de escoamento de Barra do Riacho, no Espírito Santo; e no complexo petroquímico do Rio de Janeiro.

O presidente Lula e o ministro Paulo Bernardo acertaram, ontem, que serão poucas as mudanças no Orçamento aprovado no fim de dezembro pelo Congresso. "A principal alteração deve ser a retirada das obras da Petrobras", comentou o ministro, pouco antes de o texto ser sancionado pelo presidente. A íntegra da lei orçamentária será publicada no Diário Oficial.

O Congresso recomendou o bloqueio do repasse de recursos a essas quatro obras da Petrobras por considerar que havia indícios de irregularidades e que faltava transparência na divulgação dos gastos da estatal. Outros 20 empreendimentos constam da lista de obras com irregularidades, que foi aprovada pelos parlamentares no fim de dezembro de 2009. Os recursos para os empreendimentos com problemas estão previstos no Orçamento de 2010, mas o repasse ficará suspenso até a resolução dos problemas.

A subtração das quatro obras da Petrobras deve-se à pressão de governadores dos Estados onde a estatal está construindo os empreendimentos. Os governadores Eduardo Campos (Pernambuco), Sérgio Cabral (Rio de Janeiro), Paulo Hartung (Espírito Santo) e Roberto Requião (Paraná) teriam articulado a mudança junto a empresários.

As obras da estatal foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que contesta a falta de informações sobre os gastos, os critérios de medição e aponta sobrepreços nos serviços. A Petrobras negou as irregularidades e apresentou um ofício aos parlamentares, no fim do ano passado, com suas justificativas. Segundo a estatal, os desentendimentos com o TCU decorrem de visões diferentes sobre a contratação de serviços.

Política. In: **Valor Econômico**. 27/1/2010 (com adaptações).

Tendo como referência inicial a reportagem acima, redija um texto dissertativo acerca do processo de elaboração, encaminhamento e sanção das leis orçamentárias no âmbito da União, e da sua efetividade para o controle dos gastos públicos, utilizando termos técnicos, evitando juízos de valor e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I - elaboração das propostas de instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e Lei Orçamentária Anual – LOA;
- II - execução orçamentária e financeira de receita e despesa públicas; e
- III - controle e avaliação da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	